

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	72
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	75
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	76
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	146.857.116
Preferenciais	0
Total	146.857.116
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	1.181.100	1.165.290	1.162.483
1.01	Ativo Circulante	221.371	214.562	163.456
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	176	19.808	14
1.01.02	Aplicações Financeiras	51.636	52.531	107.684
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	51.636	52.531	107.684
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	51.636	52.531	107.684
1.01.03	Contas a Receber	16.399	13.634	4.491
1.01.03.01	Clientes	14.159	12.071	3.599
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.240	1.563	892
1.01.03.02.01	Serviços pedidos	316	0	0
1.01.03.02.06	Outras contas a receber	1.924	1.563	892
1.01.06	Tributos a Recuperar	14.422	8.185	1.929
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	14.422	8.185	1.929
1.01.06.01.01	Imposto e Contribuições a Recuperar	1.755	1.754	1.739
1.01.06.01.02	Imposto e Contribuições sobre o Lucro a Recuperar	12.667	6.431	190
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	138.738	120.404	49.338
1.01.08.03	Outros	138.738	120.404	49.338
1.01.08.03.01	Ativos de contrato	135.996	117.701	28.158
1.01.08.03.02	Adiantamentos a fornecedores	2.742	2.703	21.180
1.02	Ativo Não Circulante	959.729	950.728	999.027
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	959.159	950.138	998.413
1.02.01.04	Contas a Receber	0	30	106
1.02.01.04.02	Outros Créditos a Receber	0	30	106
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	959.159	950.108	998.307
1.02.01.10.06	Impostos e Contribuições sobre o Lucro a Recuperar	5.118	5.118	5.118
1.02.01.10.07	Ativos de contrato	954.041	944.990	993.189
1.02.04	Intangível	570	590	614

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	1.181.100	1.165.290	1.162.483
2.01	Passivo Circulante	54.015	107.856	46.164
2.01.02	Fornecedores	10.145	12.512	22.062
2.01.03	Obrigações Fiscais	14.708	6.358	900
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	14.708	6.358	900
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a Recolher	1.035	1.080	880
2.01.03.01.03	Imposto de renda e contribuição social a recolher	8.975	5.278	20
2.01.03.01.04	PIS e COFINS diferidos	4.698	0	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	21.319	87.564	21.786
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	18.998	86.102	10.942
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	18.998	86.102	10.942
2.01.04.02	Debêntures	2.321	1.462	10.844
2.01.05	Outras Obrigações	7.843	1.422	1.416
2.01.05.02	Outros	7.843	1.422	1.416
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.763	4	713
2.01.05.02.06	Encargos setoriais	828	437	53
2.01.05.02.10	Outras contas a pagar	1.252	981	650
2.02	Passivo Não Circulante	657.952	650.474	725.867
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	406.138	414.817	353.708
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	247.001	263.466	217.238
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	247.001	263.466	217.238
2.02.01.02	Debêntures	159.137	151.351	136.470
2.02.02	Outras Obrigações	109.486	105.128	246.271
2.02.02.02	Outros	109.486	105.128	246.271
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	258	259	259
2.02.02.02.06	Mútuo	0	0	151.238
2.02.02.02.07	PIS e COFINS diferidos	109.228	104.869	94.774
2.02.03	Tributos Diferidos	142.328	130.529	125.888

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	142.328	130.529	125.888
2.03	Patrimônio Líquido	469.133	406.960	390.452
2.03.01	Capital Social Realizado	146.857	146.857	146.857
2.03.04	Reservas de Lucros	322.276	260.103	243.595
2.03.04.01	Reserva Legal	16.161	13.242	12.215
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	217.638	222.846	227.361
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	14.270	0	0
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	24.364	4.706	4.019
2.03.04.10	Reserva para investimento e expansão	49.843	19.309	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	175.201	214.790	241.525
3.01.01	Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	15.339	70.104	129.772
3.01.02	Receita de remuneração de ativo de contrato, líquida	159.862	144.686	111.753
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-49.102	-125.546	-145.353
3.03	Resultado Bruto	126.099	89.244	96.172
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-128	-3.348	-505
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.422	-3.348	-505
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.294	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	125.971	85.896	95.667
3.06	Resultado Financeiro	-37.657	-54.813	-623
3.06.01	Receitas Financeiras	7.484	1.504	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-45.141	-56.317	-623
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	88.314	31.083	95.044
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-15.672	-10.552	-19.960
3.08.01	Corrente	-3.873	-5.911	0
3.08.02	Diferido	-11.799	-4.641	-19.960
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	72.642	20.531	75.084
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	72.642	20.531	75.084
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,4946	0,1398	0,5113
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,4946	0,1398	0,5113

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	72.642	20.531	75.084
4.03	Resultado Abrangente do Período	72.642	20.531	75.084

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	52.950	15.427	-147.506
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-22.009	-12.969	-1.431
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	72.642	20.531	75.084
6.01.01.03	Margem da receita de construção	31.418	53.427	2.646
6.01.01.04	Remuneração do ativo de contrato	-176.156	-159.434	-123.144
6.01.01.06	Amortização do ativo intangível	20	24	23
6.01.01.09	Rendimentos de Aplicação Financeira	-7.845	-1.573	0
6.01.01.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.799	4.641	19.960
6.01.01.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	3.873	5.911	0
6.01.01.12	PIS e COFINS diferidos	9.057	10.095	24.000
6.01.01.13	Receita de operação e manutenção	-10.595	-2.649	0
6.01.01.14	Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	43.778	56.058	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	74.689	28.065	-145.854
6.01.02.01	Ativo de contrato	-1.185	-46.127	-111.645
6.01.02.03	Imposto e Contribuições a Recuperar	-1	-15	-1.350
6.01.02.04	Imposto e Contribuições sobre o Lucro a Recuperar	-1.776	-6.241	-190
6.01.02.06	Contas a receber	127.084	104.967	-3.599
6.01.02.07	Adiantamento a fornecedores	-39	18.477	5.244
6.01.02.08	Outros Créditos a Receber	-647	-595	-814
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	0	0	3.308
6.01.02.10	Fornecedores	-2.367	-9.550	-31.818
6.01.02.11	Impostos e contribuições a Recolher	-45	200	458
6.01.02.12	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	-176	-653	20
6.01.02.16	Encargos setoriais	391	384	53
6.01.02.19	Juros Pagos	-42.090	-32.782	-5.521
6.01.02.20	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-4.460	0	0
6.01.03	Outros	270	331	-221
6.01.03.01	Outras Contas a Pagar	270	331	-221

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	8.740	56.726	-67.666
6.02.02	Aplicações financeiras	8.740	56.726	-67.666
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-81.322	-52.359	214.967
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	0	50.679	147.503
6.03.02	Aumento de capital social	0	0	67.464
6.03.04	Amortização de empréstimos e financiamentos	-16.612	-8.306	-150.000
6.03.05	Captação de mútuo com partes relacionadas	0	0	160.500
6.03.06	Amortização de principal de mútuo	-60.000	-90.000	-10.500
6.03.08	Pagamento de dividendos	-4.710	-4.732	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-19.632	19.794	-205
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	19.808	14	219
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	176	19.808	14

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	146.857	0	260.103	0	0	406.960
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	146.857	0	260.103	0	0	406.960
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	14.450	-24.919	0	-10.469
5.04.09	Dividendo adicional proposto	0	0	24.364	-24.364	0	0
5.04.10	Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-555	0	-555
5.04.11	Realização da reserva de lucros a realizar	0	0	-5.208	0	0	-5.208
5.04.12	Dividendos adicionais de 2021 distribuídos	0	0	-4.706	0	0	-4.706
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	72.642	0	72.642
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	72.642	0	72.642
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	47.723	-47.723	0	0
5.06.04	Constituição de reserva de incentivo fiscal	0	0	14.270	-14.270	0	0
5.06.05	Constituição de reserva legal	0	0	2.919	-2.919	0	0
5.06.06	Constituição da reserva para investimento e expansão	0	0	30.534	-30.534	0	0
5.07	SalDOS Finais	146.857	0	322.276	0	0	469.133

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	146.857	0	243.595	0	0	390.452
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	146.857	0	243.595	0	0	390.452
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.828	-195	0	-4.023
5.04.08	Dividendos adicionais de 2020 distribuídos	0	0	-4.019	0	0	-4.019
5.04.09	Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	0	0	191	-195	0	-4
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	20.531	0	20.531
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.531	0	20.531
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	20.336	-20.336	0	0
5.06.04	Constituição de reserva legal	0	0	1.027	-1.027	0	0
5.06.05	Reserva para investimento e expansão	0	0	19.309	-19.309	0	0
5.07	SalDOS Finais	146.857	0	260.103	0	0	406.960

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	79.393	0	169.224	0	0	248.617
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	79.393	0	169.224	0	0	248.617
5.04	Transações de Capital com os Sócios	67.464	0	3.671	-4.384	0	66.751
5.04.01	Aumentos de Capital	67.464	0	0	0	0	67.464
5.04.08	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-713	0	-713
5.04.09	Dividendos Adicionais	0	0	3.671	-3.671	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	75.084	0	75.084
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	75.084	0	75.084
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	70.700	-70.700	0	0
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	3.754	-3.754	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva de Lucros	0	0	66.946	-66.946	0	0
5.07	Saldos Finais	146.857	0	243.595	0	0	390.452

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	202.005	244.704	266.150
7.01.02	Outras Receitas	202.005	244.704	266.150
7.01.02.01	Outras receitas operacionais	0	4.934	322
7.01.02.03	Ativos de contrato - Ganho / (Perda) de realização	0	0	-124.864
7.01.02.04	Receita de remuneração do ativo de contrato	176.156	159.434	123.144
7.01.02.05	Receita de operação e manutenção	10.595	2.649	0
7.01.02.06	Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	15.254	77.687	267.548
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-51.417	-134.691	-145.330
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.185	-46.127	-145.330
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.745	-3.577	0
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-45.487	-84.987	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	150.588	110.013	120.820
7.04	Retenções	-20	-24	-23
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-20	-24	-23
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	150.568	109.989	120.797
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.849	1.577	0
7.06.02	Receitas Financeiras	7.849	1.577	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	158.417	111.566	120.797
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	158.417	111.566	120.797
7.08.01	Pessoal	1.884	1.888	505
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.884	1.888	505
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	38.634	32.678	44.585
7.08.02.01	Federais	38.600	32.678	44.585
7.08.02.02	Estaduais	34	0	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	45.257	56.469	623
7.08.03.01	Juros	43.777	56.057	0
7.08.03.02	Aluguéis	116	152	0
7.08.03.03	Outras	1.364	260	623

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	1.364	260	623
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	72.642	20.531	75.084
7.08.04.02	Dividendos	24.919	195	713
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	47.723	20.336	74.371

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 2022

A Administração da Equatorial Transmissora 7 SPE S.A. ("Companhia" ou "SPE 07"), em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e suas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, e o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

1. Mensagem do Presidente

Em 2022 vivenciamos um ano de muitos desafios, potencializado pelo fato de termos durante o ano inteiro todos os nossos empreendimentos 100% operacionais. Além disso, tivemos a Revisão Tarifária da RAP (Receita Anual Permitida) das SPE's de 01 a 08. Como resultado da revisão, tivemos um reajuste médio de 9,4% em relação ao ciclo anterior, totalizando uma RAP consolidada de R\$ 1,197 bilhões.

Refletindo o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos o ano com EBITDA Societário consolidado de R\$ 1,818 bilhões, aumento de 98% em relação a 2021. O Lucro Líquido de 2022 foi de R\$ 349 milhões, uma variação positiva de 93% em comparação ao ano anterior.

Como citado anteriormente, iniciamos o ano com todos os empreendimentos 100% operacionais, por isso, nossos investimentos foram bem inferiores em comparação aos anos anteriores, atingindo a marca R\$ 26 milhões em transmissão e R\$ 103 milhões em renováveis, focados, principalmente, nos termos de contratos de engenharia, compensações ambientais e negociações fundiárias.

Os resultados de 2022 foram bastante animadores, mas os desafios continuam em 2023. Nosso principal foco estará na constante melhoria dos indicadores de qualidade e disponibilidade. Além disso, seguiremos sempre atentos às oportunidades de reforços e melhorias em nossa rede.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os acionistas, colaboradores, fornecedores e parceiros pelo apoio, confiança e resultados alcançados.

2. Cenário

A Equatorial Transmissora 7 SPE S.A. – ("SPE 07 ou "Companhia") sociedade anônima de capital aberto, criada com o propósito de Sociedade de Propósito Específico (SPE), que tem como controlador final a Equatorial Energia S.A. "EQTL", que possui 100% do seu capital por meio de controles societários indiretos entre as empresas do grupo econômico, a EQTL é uma *holding* com atuação em todos os segmentos do setor elétrico brasileiro (geração, transmissão, distribuição e comercialização). A Companhia foi constituída em 17 de novembro de 2016, tem por objetivo explorar e operar contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) 2ª Etapa-Republicação, consistente na: (a) Linha de Transmissão 500 kV Vila do Conde - Marituba - 56,1 quilômetros; (b) Linha de Transmissão 500 kV Marituba - Castanhal - 68,6 quilômetros; (c) Subestação 500/230 kV Marituba - (3+1R)x300 MVA; e (d) Subestação 230/69 kV Marituba 2x200 MVA.

O empreendimento tem grande importância para a sociedade, pois disponibilizará mais energia para a região, proporcionando significativa melhoria no nível de tensão e confiabilidade do sistema elétrico, e na qualidade de vida da população, além de gerar empregos durante a fase de implantação. O sistema de transmissão atravessa 10 municípios no Estado do Pará: Acará, Ananindeua, Barcarena, Belém, Benevides, Castanhal, Inhangapi, Marituba, São Francisco do Pará e Santa Isabel do Pará.

Para o novo ciclo 2022-2023, que teve seu início no mês de julho de 2022, a Receita Anual de Permitida (RAP) da Companhia é de R\$ 120,41 milhões, atualizada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os serviços de construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão e subestação tiveram o benefício fiscal do REIDI (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, que concede a suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 57, de 01 de agosto de 2017.

A Companhia encontra-se com 100% dos seus empreendimentos em operação comercial.

3. Andamento do Projeto

A SPE 07 está com todos os seus ativos em Operação desde 2020, recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) integral prevista no contrato de concessão. As obras foram concluídas e energizadas em três etapas de entrega, sendo a primeira em 22 de setembro de 2020, compreendendo 34% da receita, referente ao Seccionamento da LT 230kV Guamá – Utinga e SE 230/138/69kV Marituba. A segunda etapa, foi entregue em 15 de dezembro de 2020 compreendendo 53% de receita, referente a Linha de Transmissão (LT) 500 kV Vila do Conde - Marituba C1 e SE 500/230 kV Marituba. A última etapa, foi a LT 230 kV Marituba – Castanhal C1 que foi energizada em 29 de dezembro de 2020, completando 100% da Receita prevista.

4. Investimentos

Os investimentos em 2022 totalizaram R\$ 3,35 milhões. Os desembolsos foram concentrados na finalização dos contratos de engenharia, processos de negociação fundiária com os proprietários das terras e obrigações e compensações ambientais obrigatórias.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Receita líquida

Em relação à Receita Líquida, o total registrado no ano foi de R\$ 175,20 milhões

Custos e despesas operacionais

No ano de 2022, o total de custos e despesas gerenciáveis e não gerenciáveis, excluindo depreciação e amortização foi de R\$ 26,01 milhões.

Custos e despesas operacionais gerenciáveis

Em 2022, o total de custos e despesas gerenciáveis da Companhia, representados pelos custos e despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros – PMSO, excluindo as provisões para contingências, atingiram R\$ 1,22 milhão.

EBITDA

Em 2022, o EBITDA Societário atingiu R\$ 125,99 milhões.

Resultado financeiro

Em 2022, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 37,65 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2022, as despesas de IRPJ e CSLL, incluindo o ativo fiscal diferido de R\$ 15,67 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Lucro líquido

Em 2022, a Equatorial Transmissora 7 SPE S.A apurou Lucro Líquido (LL) de R\$ 72,64 milhões.

Endividamento

No fechamento de 2022, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$ 427,45 milhões. A SPE 07 possui 4,99% de suas dívidas com vencimento no curto prazo.

Relacionamento com auditores externos

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Joseph Zwecker Junior, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Cristiano de Lima Logrado, Ailton Costa Ferreira, Ailton Costa Ferreira, Waldênio Pereira de Oliveira (i) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 29 de março de 2023 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

José Silva Sobral Neto

Carlos Augusto Leone Piani

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior

Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

Diretor

Tinn Freire Amado

Diretor

Ailton Costa Ferreira

Diretor

Waldênio Pereira de Oliveira

Diretor

Geovane Ximenes de Lira

Gerente de Contabilidade e Tributos

Contador

CRC PE 012996-O-3 S-MA

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Demonstrações Contábeis em

31 de dezembro de 2022

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.****Demonstrações contábeis****Índice**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	01
BALANÇO PATRIMONIAL	06
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	07
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	08
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	09
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	10
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	11
1 CONTEXTO OPERACIONAL	12
2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	13
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	15
4 ASSUNTOS REGULATÓRIOS	25
5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	26
6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS	26
7 PARTES RELACIONADAS	27
8 ATIVOS DE CONTRATO	29
9 FORNECEDORES	29
10 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	30
11 DEBÊNTURES	32
12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS	34
13 PIS E COFINS DIFERIDOS	35
14 PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS	36
15 DIVIDENDOS A PAGAR	37
16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38
17 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	41
18 CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS OPERACIONAIS	42
19 RESULTADO FINANCEIRO	43
20 INSTRUMENTOS FINANCEIROS	43
21 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	50
22 EVENTOS SUBSEQUENTES	51

Notas Explicativas



Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar – sala 506 a 509 – Bairro Cocó
60811-341 – Fortaleza – CE – Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
Fax: +55 85 3392-5659
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração e Diretoria da
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.
Brasília - Distrito Federal

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Transmissora 7 SPE S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Notas Explicativas



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração de ativos contratuais de transmissão

Conforme divulgado na nota explicativa 3.2, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de ativos contratuais é de R\$ 1.090.037 mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (*IFRS15 - Revenue from contract with customer*) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração de ativos contratuais das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; (v) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas dos empreendimentos; (vi) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos

Notas Explicativas



componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vii) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (viii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (ix) análise da eventual existência de contrato oneroso; (x) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xi) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo da concessão da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Notas Explicativas



Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

Notas Explicativas



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 29 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC-PE020728/O

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.****Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em milhares de reais)**

Ativo	Notas	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	176	19.808
Aplicações financeiras	6	51.636	52.531
Contas a receber de clientes		14.159	12.071
Serviços pedidos		316	-
Adiantamento a fornecedores		2.742	2.703
Impostos e contribuições a recuperar		1.755	1.754
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		12.667	6.431
Outras contas a receber		1.924	1.563
Ativos de contrato	8	135.996	117.701
Total do ativo circulante		221.371	214.562
Não circulante			
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		5.118	5.118
Outras contas a receber		-	30
Intangível		570	590
Ativos de contrato	8	954.041	944.990
Total do ativo não circulante		959.729	950.728
Total do ativo		1.181.100	1.165.290

Passivo	Notas	2022	2021
Circulante			
Fornecedores	9	10.145	12.512
Empréstimos e financiamentos	10	18.998	86.102
Debêntures	11	2.321	1.462
Impostos e contribuições a recolher		1.035	1.080
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	12	8.975	5.278
PIS e COFINS diferidos	13	4.698	-
Dividendos a pagar	15	5.763	4
Encargos setoriais		828	437
Outras contas a pagar		1.252	981
Total do passivo circulante		54.015	107.856
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	247.001	263.466
Debêntures	11	159.137	151.351
PIS e COFINS diferidos	13	109.228	104.869
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	12	142.328	130.529
Outras contas a pagar		258	259
Total do passivo não circulante		657.952	650.474
Patrimônio líquido			
Capital social	16	146.857	146.857
Reservas de lucros	16	322.276	260.103
Total do patrimônio líquido		469.133	406.960
Total do passivo e patrimônio líquido		1.181.100	1.165.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.****Demonstração do resultado****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em milhares de reais)**

	Notas	2022	2021
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquida	17	15.339	70.104
Receita de remuneração de ativo de contrato, líquida	17	159.862	144.686
Receita operacional líquida		175.201	214.790
Custo dos serviços prestados	18	(49.102)	(125.546)
Lucro bruto		126.099	89.244
Despesas gerais e administrativas	18	(1.422)	(3.348)
Outras receitas (despesas) líquidas		1.294	-
Total de despesas operacionais		(128)	(3.348)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		125.971	85.896
Receitas financeiras	19	7.484	1.504
Despesas financeiras	19	(45.141)	(56.317)
Resultado financeiro		(37.657)	(54.813)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		88.314	31.083
Imposto de renda e contribuição social - correntes	12	(3.873)	(5.911)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12	(11.799)	(4.641)
Impostos sobre o lucro		(15.672)	(10.552)
Lucro líquido do exercício		72.642	20.531
Lucro líquido do exercício básico e diluído, por lote de mil ações - R\$		0,4946	0,1398
Quantidade de ações no final do período - em mil		146.857	146.857

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.****Demonstração do resultado abrangente****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em milhares de reais)**

	2022	2021
Lucro líquido do período	72.642	20.531
Total resultados abrangentes	72.642	20.531

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.****Demonstração das mutações do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros				Dividendos adicionais	Lucros acumulados	Patrimônio Líquido
			Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva para expansão e investimento			
Saldos em 31 de dezembro de 2020		146.857	-	12.215	227.361	-	4.019	-	390.452
Dividendos adicionais de 2020 distribuídos		-	-	-	-	-	(4.019)	-	(4.019)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	20.531	20.531
Destinação do lucro do exercício:									
Constituição de reserva legal		-	-	1.027	-	-	-	(1.027)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	191	-	-	(195)	(4)
Realização da reserva de lucros a realizar		-	-	-	(4.706)	-	4.706	-	-
Constituição da reserva para investimento e expansão		-	-	-	-	19.309	-	(19.309)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		146.857	-	13.242	222.846	19.309	4.706	-	406.960
Dividendos adicionais de 2021 distribuídos		-	-	-	-	-	(4.706)	-	(4.706)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	72.642	72.642
Destinação do lucro do exercício:									
Constituição de reserva de incentivo fiscal	16.2.a	-	14.270	-	-	-	-	(14.270)	-
Constituição de reserva legal	16.2.b	-	-	2.919	-	-	-	(2.919)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	-	-	-	(555)	(555)
Dividendo adicional proposto	16.2.e	-	-	-	-	-	24.364	(24.364)	-
Constituição da reserva para investimento e expansão	16.2.d	-	-	-	-	30.534	-	(30.534)	-
Realização da reserva de lucros a realizar	16.2.c	-	-	-	(5.208)	-	-	-	(5.208)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		146.857	14.270	16.161	217.638	49.843	24.364	-	469.133

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.****Demonstração do fluxo de caixa - método indireto****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em milhares de reais)**

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	72.642	20.531
Ajuste para:		
Amortização do intangível	20	24
Margem da receita de construção	31.418	53.427
Remuneração do ativo de contrato	(176.156)	(159.434)
Receita de operação e manutenção	(10.595)	(2.649)
PIS e COFINS diferidos	9.057	10.095
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	43.778	56.058
Rendimentos de aplicações financeiras	(7.845)	(1.573)
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	3.873	5.911
Imposto de renda e contribuição social (diferidos)	11.799	4.641
	(22.009)	(12.969)
Variações em:		
Contas a receber de clientes	127.084	104.967
Impostos e contribuições a recuperar	(1)	(15)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(1.776)	(6.241)
Ativo de contrato	(1.185)	(46.127)
Adiantamento a fornecedores	(39)	18.477
Outros créditos a receber	(647)	(595)
Fornecedores	(2.367)	(9.550)
Impostos e contribuições a recolher	(45)	200
Impostos e contribuição sobre o lucro a recolher	(176)	(653)
Encargos setoriais	391	384
Outras contas a pagar	270	331
	121.509	61.178
 Imposto de renda e contribuição social pagos	 (4.460)	 -
Juros pagos de empréstimos e financiamentos e debêntures	(42.090)	(32.782)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	52.950	15.427
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Resgate sobre aplicações financeiras	8.740	56.726
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento	8.740	56.726
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(16.612)	(8.306)
Amortização de principal de mútuo com partes relacionadas	(60.000)	(90.000)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	50.679
Pagamento de dividendos	(4.710)	(4.732)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(81.322)	(52.359)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(19.632)	19.794
 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	 19.808	 14
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	176	19.808
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(19.632)	19.794

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
Receitas		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	15.254	77.687
Receita de remuneração do ativo de contrato	176.156	159.434
Receita de operação e manutenção	10.595	2.649
Outras receitas	-	4.934
	202.005	244.704
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos de construção	(1.185)	(46.127)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.745)	(3.577)
Ativos de contrato - perda de realização	(45.487)	(84.987)
	(51.417)	(134.691)
Valor adicionado bruto	150.588	110.013
Amortização	(20)	(24)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	150.568	109.989
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	7.849	1.577
	7.849	1.577
Valor adicionado total a distribuir	158.417	111.566
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	1.884	1.888
	1.884	1.888
Tributos		
Federais	38.600	32.678
Estaduais	34	-
	38.634	32.678
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	43.777	56.057
Aluguéis	116	152
Outros	1.364	260
	45.257	56.469
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	24.919	195
Lucro líquido do período	47.723	20.336
	72.642	20.531
Valor adicionado	158.417	111.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Transmissora 7 SPE S.A. (“Companhia”), sociedade de propósito específico, anônima de capital aberto, constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Equatorial Transmissão S.A. empresa do grupo Equatorial Energia S.A, domiciliada no Brasil, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1201, Parte 8, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 2ª Etapa - Republicação, consistente na:

- (a) Linha de Transmissão (LT) 500kV (*) Vila do Conde – Marituba, 56,1(*) km;
- (b) LT 230 kV (*) – Marituba - Castanhal, com extensão aproximada de 68,8(*) km;
- (c) Subestação (SE) 500/230 - 13,8 (*) kV Marituba - (3+1R) x300 Mvar (*); e
- (d) SE 230/69 - 13,8(*) kV Marituba (2x200 Mvar).

A Companhia tem prazo de duração equivalente ao prazo do contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão.

(*) Não auditado.

1.1 Contrato de concessão

O Contrato de Concessão nº020/2017 assinados entre a ANEEL e a Companhia em 10 de fevereiro de 2017, estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão são 30 (trinta) anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual exercício, a critério exclusivo do Poder Concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 12960/2021, com validade até 01 de abril de 2025, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade.

1.2 Impactos da Covid-19

A Companhia não identificou efeitos financeiros e econômicos decorrentes da Covid-19 nas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Desde março de 2020, a Companhia, adotou medidas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), visando proteger a saúde e a segurança de seus colaboradores, tendo retornado às suas atividades presenciais no segundo semestre de 2021. A Companhia continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1.3 Impactos frente à invasão da Ucrânia pela Rússia

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia iniciou uma invasão militar na Ucrânia, marcando uma escalada acentuada do conflito existente entre estes países. A invasão interrompeu o fluxo comercial já estabelecido e desviou parte da demanda de importação de energia da Rússia para outros mercados e, recebeu ampla condenação da comunidade internacional, incluindo sanções impostas com o objetivo de paralisar a economia russa.

A guerra interrompeu o fluxo comercial já estabelecido e desviou parte da demanda de importação de energia da Rússia para outros mercados. Durante o exercício de 2022, o petróleo e o gás natural atingiram preços de US\$ 130/bbl e US\$ 13/mmbtu, respectivamente. Outro índice que apresentou flutuação foi o câmbio, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a queda do dólar frente ao real foi de aproximadamente 7% em relação a 31 de dezembro de 2021.

As ramificações desses eventos impactam as matrizes produtivas das economias globais por meio do aumento dos custos industriais e, paralelamente, há um aumento quase proporcional dos preços internos, desencadeando um aumento de taxa de juros (inflação), volatilidade dos preços dos insumos utilizados pela Companhia e redução do poder econômico da população. Todos esses efeitos estão sendo monitorados pela Companhia e foram considerados quando da revisão das estimativas contábeis e avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros nas suas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes, próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2023.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando requerido nas normas.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Tópico	Nota explicativa	Descrição
Ativos de contrato	nº 3.2 e 8	- Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão; e - Estimativa sobre taxa aplicada para precificar os ativos de contrato.
Receita operacional líquida	nº 3.1 e 17	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração do ativo de contrato e receita de operação e manutenção.
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	nº 3.5.2 e 12.2	Estimativas das diferenças temporárias
Instrumentos financeiros	nº 3.8 e 20	Julgamento de definição do método de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros

(a) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças, quando aplicável.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 20 - Instrumentos Financeiros.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.12.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes.

3.1 Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de performance ao transferir o serviço ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtém os serviços contratados.

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

(a) Receita de implementação e melhoria de infraestrutura

As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

(b) Receita de operação e manutenção (O&M)

A receita de O&M é a contraprestação pelas obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. Tais montantes são calculados com base nos custos incorridos, acrescidos da margem projetada definida nas projeções iniciais do projeto. O reconhecimento das receitas de O&M iniciam após o término da fase de construção.

(c) Remuneração dos ativos da concessão

Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre os ativos de contrato, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear, sob a rubrica remuneração dos ativos de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

3.2 Ativos de contrato

O Serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.

O contrato de concessão determina que a Companhia realize a construção de uma infraestrutura de transmissão ou investimento em sua melhoria.

A Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebe a título de contraprestação Receita Anual Permitida (RAP), após o término da fase de construção da infraestrutura, até o final da vigência do contrato.

Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá toda a infraestrutura de transmissão.

A extinção da concessão implicará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço.

Duas obrigações de performance estão contempladas na relação contratual das controladas da Companhia com o Outorgante, a saber: (i) Implementação e melhoria de infraestrutura; e (ii) operação e manutenção (O&M).

À medida que as obrigações de performance são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativo de contrato, até a devida homologação pela ANEEL, e início da fase de operação. Após emissão do aviso de crédito (AVC), que é o documento de faturamento da RAP emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), momento em que a Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

3.4 Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

3.4.1 Benefícios fiscais

- **SUDAM**

Em 03 de maio de 2022, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiu o Laudo Constitutivo nº 10/2022, que outorga à Equatorial Transmissora 7 SPE S.A o direito a redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa jurídica (IRPJ) sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão na área de atuação da Sudam, com o prazo de vigência de 2022 até o ano de 2031.

3.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3.5.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente.

3.5.2 Imposto de renda e contribuição social diferido

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais e sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis constantes nas demonstrações financeiras e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço.

3.6 PIS e COFINS diferidos

Sobre as receitas auferidas durante a fase de construção e sobre remuneração do ativo de contrato há o diferimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Programa de Integração Social (PIS), considerando as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente. A realização dos referidos tributos diferidos ocorre a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão por meio da RAP após a entrada em operação.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3.7 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33 - Resultado por Ação.

3.8 Instrumentos financeiros

3.8.1 Reconhecimento e mensuração inicial

Os contratos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

3.8.2 Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

(c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3.8.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.8.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9 Capital social

3.9.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

3.10 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei nº. 6.404/76. Os dividendos a pagar foram destacados na conta de reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido no encerramento do exercício.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "Dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

3.11 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia elaborou a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3.12 Principais mudanças nas políticas contábeis

3.12.1 Novas normas, alterações e interpretações

O IASB e o CPC emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2022. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19				
Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	Annual improvements to IFRS Standards 2018-2020; Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use; Onerous contracts – Costs of Fulfilling a contract; e Reference to the Conceptual Framework	01/10/2021	01/01/2022	Sem impactos relevantes. Com as alterações do <i>Proceeds before Intended Use</i> , as receitas de teste foram registradas no resultado da Companhia, a partir da data de aplicação da norma, e os efeitos, assim como os demais itens, não são relevantes

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

3.12.2 Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 1º de janeiro de 2023, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50				
Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	IFRS 17	07/05/2021	01/01/2023	Não aplicável à Companhia
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20	Classification of Liabilities as Current or Non-current; Extension of the Temporary Exemption from applying IFRS 9; Definition of Accounting Estimates; Disclosure of Accounting Policies; e Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction	01/03/2022	01/01/2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21				
Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 04 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; CPC 48 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	IFRS 9 e IFRS 17	03/11/2022	01/01/2023	Não aplicável à Companhia
Alteração no IFRS 16				
O IASB emitiu alterações referentes aos contratos de arrendamentos em transações de <i>sale and leaseback</i>	IFRS 16	Emissão a nível de IASB	01/01/2023	Não aplicável à Companhia

4 Assuntos regulatórios

A Companhia receberá pela prestação do serviço público de transmissão a RAP que será ajustada anualmente, por meio de resolução homologatória (REH) emitida pela ANEEL, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de julho de cada ano. Para o ciclo 2022-2023, que teve seu início no mês de julho de 2022, a RAP da Companhia é de R\$ 120.420, homologado pela REH 3.067/2022.

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última Revisão Tarifária Periódica (RTP) na Companhia ocorreu por meio da REH 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de junho de 2022), reajustou em 9,63% a RAP.

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	<u>15</u>	<u>19.655</u>
Equivalentes de caixa		
Investimentos		
Certificados de Depósito Bancário (CDBs) (a)	<u>161</u>	<u>153</u>
Total	<u><u>176</u></u>	<u><u>19.808</u></u>

- (a) Os equivalentes de caixa referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2). A variação no período decorre, principalmente, da utilização de recursos para amortização de empréstimos no período, conforme divulgado na nota explicativa nº 10.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 equivale a 90,0% a.a. do CDI.

6 Aplicações financeiras

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Investimento		
Fundo de Investimento (a)		
Cotas de fundos de investimento	<u>36.739</u>	<u>52.531</u>
Recursos Vinculados (b)	<u>14.897</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>51.636</u></u>	<u><u>52.531</u></u>

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha, cujos ativos dos fundos possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos como a construção de projetos de infraestrutura para prestação de serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos exclusivos, são investimentos em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas; e
- (b) Referem-se às aplicações restritas de garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos público.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 equivale a 101,99% a.a. do CDI (102,7% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

7 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possui movimentações com partes relacionadas, principalmente, referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, empréstimos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Empresas	Nota	2022		2021	
		Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesas)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesas)
Contas a receber (RAP)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	100	840	88	815
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	2.933	26.492	2.743	22.261
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	78	682	76	735
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	66	553	53	507
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(a)	176	1.377	139	1.229
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(a)	11	125	-	-
CELG Distribuição S.A	(a)	173	1.416	-	-
Total		3.537	31.485	3.099	25.547
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(102)	(330)	(91)	(295)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(30)	(114)	(32)	(121)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(28)	(51)	(11)	(33)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(12)	(41)	(2)	(32)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	(1)	(1)	-	-
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	(2)	(2)	-	-
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(b)	(329)	(1.342)	(428)	(1.868)
Controladora indireta					
Equatorial Energia S.A	(c)	(324)	(324)	-	-
Total		(828)	(2.205)	(564)	(2.349)
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Serviços S.A.	(d)	(2)	(12)	-	-
Instituto Equatorial	(e)	(316)	(316)	-	-
Total		(318)	(328)	-	-
Mútuo					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(f)	-	(5.665)	(62.424)	(3.662)
Total		-	(5.665)	(62.424)	(3.662)
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(g)	(5.763)	-	(4)	-
Total		(5.763)	-	(4)	-

- (a) Valores se referem a RAP faturadas e recebidas decorrente de operações do mesmo grupo econômico da companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST);
- (b) O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e, compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica no 15/2018-SFF/ANEEL, processo nº 48500.000377/2018-91, as despesas liquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 ao ano, por um período de 60 meses. O contrato em questão se estabelece em três critérios objetivos de rateio: critério corporativo, critério distribuição e critério transmissão. Os custos totais dos critérios mencionados são rateados de acordo com as fórmulas previstas no contrato de compartilhamento;
- (c) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Equatorial Transmissora 7 SPE S.A. (Contratante) e as (Contratadas) Equatorial Energia S.A. e Equatorial Transmissão S.A., com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (d) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são oriundos de prestação serviços de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado;
- (e) Os valores com o Instituto Equatorial referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa;

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

- (f) Em 16 de setembro de 2020, a Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. na qualidade de “Mutuante”, celebrou Instrumento Particular de Mútuo Pecuniário com Equatorial Transmissora 7 SPE S.A “Mutuária”, conforme previamente anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 2.532 de 31 de agosto de 2020, no montante de R\$ 160.500 (cento e sessenta milhões e quinhentos mil de reais) com prazo de vencimento em até 02 anos contados a partir da data de assinatura, podendo ser pago antecipadamente, e com juros remuneratórios de CDI + 1% pro rata die. Esse contrato se justifica para evitar escassez de recursos por atrasos nas liberações do financiamento de longo prazo contratado. Em 19 de setembro de 2022 a dívida foi quitada e não existe obrigação em aberto para a data base em 31 de dezembro de 2022;
- (g) A variação do período está demonstrada na nota explicativa nº 15 Dividendos a pagar.

7.1 Remuneração de pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração conta com quatro membros no Conselho da Administração e cinco membros na Diretoria Executiva, remunerados pela controladora Equatorial Transmissão S.A e compartilhadas para as controladas. Para o período findo em 31 de dezembro de 2022 o valor correspondente à Companhia foi de R\$ 216 (R\$ 430 em 31 dezembro de 2021).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

A Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

7.2 Garantias

A Equatorial Energia S.A., controladora indireta (1) e a Equatorial Transmissão S.A. (2), controladora direta da Companhia (2), prestam garantias como avalista(s) ou fiadora (s) da Companhia com ônus (**) nos contratos de financiamentos abaixo listados:

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	2022 *
Debentures 2ª Emissão (2)	130.000	100	23/05/2019	15/04/2039	130.000	161.458
Apólice de seguros (1)	13.448	100	08/10/2021	24/08/2027	N/A	N/A
	143.448				130.000	161.458

* Os valores atualizados das debêntures e empréstimos, estão líquidos do custo de captação.

** Referente a remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

8 Ativos de contrato

Os ativos de contrato estão constituídos, conforme a seguir demonstrado:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	1.062.691	1.021.347
Remuneração de ativos de contrato	176.156	159.434
Implementação e melhoria da infraestrutura (a)	15.254	77.687
Manutenção e operação	10.595	2.649
Ativo de contrato - Perda de realização (b)	(45.487)	(84.987)
Reconhecimento da RAP	(129.172)	(113.439)
Saldo no final do exercício	<u>1.090.037</u>	<u>1.062.691</u>
Circulante	135.996	117.701
Não circulante	<u>954.041</u>	<u>944.990</u>

- (a) O saldo dessa conta decorre da contrapartida de Receita de implementação e melhoria de infraestrutura reconhecida no período, conforme nota explicativa nº 17, cuja variação está diretamente relacionada aos custos de implementação da infraestrutura incorridos no período; e
- (b) Variações entre a margem orçada versus a margem realizada proveniente principalmente dos (i) efeitos inflacionários do período; e (ii) variação nos custos operacionais.

9 Fornecedores

Os saldos de fornecedores estão constituídos, conforme a seguir demonstrado:

	2022	2021
Materiais (a)	8.413	8.528
Serviços (a)	987	2.163
Materiais com serviços (a)	733	1.811
Encargos de uso da rede elétrica	12	10
Total (b)	<u>10.145</u>	<u>12.512</u>

- (a) A composição deve-se, substancialmente, a materiais, equipamentos e serviços contratados para manutenção das instalações de transmissão.
- (b) Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para as controladas da Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante destas operações era de R\$ 481 (R\$ 38 em 31 de dezembro de 2021). Não há pagamento de juros por parte da Companhia nem recebimentos de "rebates financeiros".

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

10 Empréstimos e financiamentos**10.1 Composição dos saldos**

Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	2022		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Banco do Brasil	IPCA + 1,62%	Conta Reserva + Recebíveis + Penhor de Ações	19.144	249.174	268.318
(-) Custo de captação			(146)	(2.173)	(2.319)
Total			18.998	247.001	265.999
Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	2021		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Banco do Brasil	IPCA + 1,62%	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis + Penhor de Ações	23.825	265.785	289.610
Mútuo - EQTL PA	CDI + 1,0%		62.424	-	62.424
Subtotal			86.249	265.785	352.034
(-) Custo de captação			(147)	(2.319)	(2.466)
Total			86.102	263.466	349.568

10.2 Movimentação dos empréstimos

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	86.102	263.466	349.568
Encargos	27.399	-	27.399
Transferências	16.465	(16.465)	-
Amortizações de principal (a)	(76.612)	-	(76.612)
Pagamentos de juros	(34.503)	-	(34.503)
Custo de captação (b)	147	-	147
Saldos em 31 de dezembro de 2022	18.998	247.001	265.999
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	10.942	217.238	228.180
Ingressos	-	50.679	50.679
Encargos	22.731	10.815	33.546
Reclassificação mútuo	-	151.238	151.238
Transferências	166.504	(166.504)	-
Amortizações de principal	(98.306)	-	(98.306)
Pagamentos de juros	(15.915)	-	(15.915)
Custo de captação	146	-	146
Saldos em 31 de dezembro de 2021	86.102	263.466	349.568

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) O principal efeito na variação refere-se à liquidação no vencimento do mútuo com a Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., no montante de R\$ 60.000 em 19 de setembro de 2022; e
- (b) O efeito positivo no custo de captação se deu em função da amortização.

10.3 Cronograma de amortização da dívida

Os saldos por vencimento dos empréstimos e financiamentos estão apresentados abaixo:

Vencimento	2022	
	Valor	%
Circulante	18.998	7 %
2024	16.612	6 %
2025	16.612	6 %
2026	16.612	6 %
2027	16.612	6 %
Até 2038	182.726	70 %
Subtotal	249.174	94 %
Custo de captação (Não circulante)	(2.173)	-1 %
Não circulante	247.001	93 %
Total	265.999	100 %

10.4 Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias reais e *covenants* cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

11 Debêntures**11.1 Movimentação das debêntures**

A movimentação das debêntures no exercício está a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.462	151.351	152.813
Encargos	7.642	-	7.642
Variação monetária	155	8.372	8.527
Transferências	586	(586)	-
Pagamentos de juros	(7.587)	-	(7.587)
Custo de captação (a)	63	-	63
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>2.321</u>	<u>159.137</u>	<u>161.458</u>

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	10.844	136.470	147.314
Encargos	7.485	-	7.485
Transferência	(64)	64	-
Pagamento de juros	(16.867)	-	(16.867)
Variação monetária	-	14.817	14.817
Custo de captação (a)	64	-	64
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>1.462</u>	<u>151.351</u>	<u>152.813</u>

(a) Refere-se à amortização do custo de captação.

11.2 Cronograma de vencimento

Os saldos por vencimento das debêntures estão apresentados abaixo:

	2022	
	Valor	%
Circulante	<u>2.321</u>	<u>1 %</u>
2024	1.609	1 %
2025	3.218	2 %
2026	4.827	3 %
2027	6.437	4 %
Até 2039	<u>144.018</u>	<u>90 %</u>
Subtotal	<u>160.109</u>	<u>100 %</u>
Custo de captação (Não circulante)	<u>(972)</u>	<u>-1 %</u>
Não circulante	<u>159.137</u>	<u>99 %</u>
Total	<u>161.458</u>	<u>100 %</u>

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

11.3 Características das Debêntures

Emissão	Característica das debêntures	Série	Valor da emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Vencimento	2022		
							Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
2ª (a)	(1)(3)/(4)/(5) (6)	2ª	130.000	IPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39	2.321	159.137	161.458

- (1) Emissão pública de debêntures simples
- (2) Emissão privada de debêntures simples
- (3) Não conversíveis em ações
- (4) Espécie Quirografária
- (5) Debêntures Incentivadas
- (6) Garantia Fidejussória
- (7) Garantia Adicional Real

(a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura.

11.4 Covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais conforme segue:

- i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado entre 31 de dezembro de 2022; e
- ii) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na fiadora Equatorial Transmissão, após exoneração da fiadora Equatorial Energia, sendo menor ou igual a 6,5 (seis inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado entre 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Covenants debêntures

Dívida líquida/EBITDA ajustado - Companhia: <=4,5

Dívida líquida/EBITDA ajustado - Fiadora: <=6,5

2ª debêntures

3,3

4,7

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**12.1 Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social**

A conciliação da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está demonstrada conforme a seguir:

	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	88.314	88.314	31.083	31.083
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal [A]	22.079	7.948	7.771	2.797
Adições:				
Custo de construção - CPC 47/IFRS 15	11.668	4.200	32.778	11.800
Remuneração e RAP – Ativo de contrato (a)	25.287	9.103	22.333	8.040
Outras provisões permanentes	-	-	6	2
Total de adições [B]	36.955	13.303	55.117	19.842
Exclusões:				
Receita de construção - CPC 47/IFRS 15	(44.478)	(16.012)	(56.654)	(20.395)
Outras provisões	(47)	(15)	-	-
Outras provisões permanentes (Exclusões)	(23)	-	(24)	-
Total de exclusões [C]	(44.548)	(16.027)	(56.678)	(20.395)
Compensações:				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL - realizados [D]	-	(1.567)	(1.870)	(673)
Deduções:				
(+) IRPJ subvenção governamental (E) (b)	(14.270)	-	-	-
IRPJ e CSLL correntes no resultado do exercício (A+B+C+D+E)	(216)	(3.657)	(4.340)	(1.571)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado do exercício	(7.523)	(4.276)	(3.413)	(1.228)
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferidos do exercício	(7.739)	(7.933)	(7.753)	(2.799)
	9%	9%	25%	9%

(a) Ajuste realizado nos termos dos artigos 168 e 169 da IN 1.700/2017.

(b) Vide nota explicativa nº 3.4.1

12.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido

	Saldo em 2021	Reconhecimento no resultado	Valor líquido 2022	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal	11.672	-	11.672	11.672	-
Base negativa de CSLL	4.202	(1.567)	2.635	2.635	-
Custo de construção - CPC 47/IFRS 15	272.579	15.868	288.447	288.447	-
Remuneração e RAP	32.935	34.390	67.325	67.325	-
Receita de construção - CPC 47/IFRS 15	(451.917)	(60.490)	(512.407)	-	(512.407)
Total	(130.529)	(11.799)	(142.328)	370.079	(512.407)

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

12.3 Movimentação do imposto de renda e contribuição social a recolher

Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>20</u>
IRPJ e CSLL correntes do exercício	5.911
Tributos retidos/antecipações IR/CS	(653)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>5.278</u>
IRPJ e CSLL correntes do exercício	3.873
Tributos retidos/antecipações IR/CS	(176)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>8.975</u>

12.4 Expectativa de recuperação - Prejuízo fiscal e base negativa

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2025, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2023	2024	2025	Total
Imposto de renda e contribuição social diferidos a realizar (*)	5.072	6.578	2.656	14.307

13 PIS e COFINS diferidos

	2022	2021
Base de cálculo da receita		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	15.254	77.687
Receita de remuneração de ativo de contrato	176.156	159.434
Ativos de contrato - perda de realização	(45.487)	(84.987)
	<u>145.923</u>	<u>152.134</u>
PIS / COFINS sobre as receitas no exercício (9,25%) (i)	<u>13.498</u>	<u>14.072</u>
Amortização de PIS/COFINS (ii) (a)	(4.441)	(3.977)
Saldo no início do exercício (iii)	<u>104.869</u>	<u>94.774</u>
Saldo no final do exercício (i + ii +iii)	<u>113.926</u>	<u>104.869</u>
Circulante	4.698	-
Não circulante	109.228	104.869

(a) A Companhia está amortizando o PIS/COFINS diferido constituído na fase de construção conforme recebimento da RAP mensal.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

14 Provisão para riscos judiciais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso.

14.1 Cíveis

Existem contingências cíveis, cuja probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2022 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 2.080 (R\$ 1.898 em 31 de dezembro de 2021) para as quais não foi constituída provisão.

14.2 Ambientais

Existem contingências ambientais, cuja probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2022 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 769 (R\$0 em 31 de dezembro de 2021) para as quais não foi constituída provisão.

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

15 Dividendos a pagar

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	72.642	20.531
(-) Reserva de incentivo fiscal	(14.270)	-
(-) Reserva legal	(2.919)	(1.027)
Lucro líquido ajustado	55.453	19.504
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	555	195
Realização da reserva de lucros a realizar – Dividendos mínimos	5.208	4.706
Dividendos adicionais propostos	24.364	-
Total dividendos mínimos e adicionais do exercício	<u><u>30.127</u></u>	<u><u>4.901</u></u>

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>713</u>
Dividendos adicionais distribuídos de 2020	4.019
Dividendos mínimos obrigatórios de 2021	4
Pagamento de dividendos no exercício	<u>(4.732)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>4</u>
Dividendos adicionais distribuídos de 2021	4.706
Dividendos mínimos obrigatórios de 2022	555
Dividendos da reserva de lucro a realizar	5.208
Pagamento de dividendos no exercício	<u>(4.710)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u><u>5.763</u></u>

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal”. Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal” e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado à reserva de incentivos fiscais da “base de cálculo” da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das companhias. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

16 Patrimônio líquido**16.1 Capital social**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 146.857.

Conforme Reunião do Conselho de Administração (RCA) de 18 de outubro de 2017, os acionistas da Companhia têm até 31 de dezembro de 2022 para integralizar totalmente seu capital social.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital está representado por 146.857.116 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 197.000, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

16.2 Reserva de lucros

	Nota	2022	2021
Reserva de incentivos fiscais	(a)	14.270	-
Reserva legal	(b)	16.161	13.242
Reserva de lucros a realizar	(c)	217.638	222.846
Reserva para investimento e expansão	(d)	49.843	19.309
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e)	24.364	4.706
Total		322.276	260.103

a. Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo desta reserva é de R\$ 14.270 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021), a movimentação do exercício de R\$14.270 contempla o efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDAM utilizado no exercício de 2022.

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	72.642	20.531
(-) Reserva de incentivo fiscal	(14.270)	-
Lucro ajustado	<u>58.372</u>	<u>20.531</u>
(-) Reserva legal (5%)	<u>2.919</u>	<u>1.027</u>

c. Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude da Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da reserva de lucros a realizar é de R\$ 217.638 (em 31 de dezembro de 2021, R\$ 222.846). A tabela abaixo demonstra a constituição e a realização da reserva de lucros a realizar pela RAP.

Movimentação da reserva de lucros a realizar

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial em 1º de janeiro	222.846	227.361
Constituição	-	191
Realização	<u>(5.208)</u>	<u>(4.706)</u>
Saldo final em 31 de dezembro	<u>217.638</u>	<u>222.846</u>

d. Reserva para investimento e expansão

Reserva estatutária prevista no Art. 34, item III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua Controladora. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da reserva de lucros é de R\$ 49.843 (Em 31 de dezembro de 2021, R\$ 19.309).

e. Reserva de dividendos adicionais propostos

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 29 de março de 2023, conforme divulgado em na nota explicativa nº 21 – Eventos subsequentes, foi aprovado a distribuição na integralidade da reserva no montante de R\$ 24.364 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 4.706 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

16.3 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per share*), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	2022		2021	
	Ações ordinárias	Total	Ações ordinárias	Total
Numerador:				
Lucro líquido do exercício	72.642	72.642	20.531	20.531
Denominador:				
Média ponderada por classe de ações	146.857	146.857	146.857	146.857
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	0,4946	0,4946	0,1398	0,1398

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

17 Receita operacional líquida

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura (a)	15.254	77.687
Receita de Operação e Manutenção	10.595	2.649
Outras receitas	-	4.934
	<u>25.849</u>	<u>85.270</u>
Deduções		
PIS/COFINS corrente	(7.327)	(6.645)
PIS/COFINS diferidos	(1.411)	(7.185)
Encargos do consumidor (b)	(1.737)	(1.336)
ICMS	(35)	-
	<u>(10.510)</u>	<u>(15.166)</u>
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	<u>15.339</u>	<u>70.104</u>
Receita de remuneração de ativo de contrato (c)		
Remuneração de ativos de contrato	176.156	159.434
PIS/COFINS diferidos	(16.294)	(14.748)
Receita de remuneração dos ativos de contrato, líquidas	<u>159.862</u>	<u>144.686</u>
Receita operacional líquida	<u><u>175.201</u></u>	<u><u>214.790</u></u>

- (a) A redução da receita de implementação e melhoria de infraestrutura é reflexo da finalização da obra;
- (b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica; e
- (c) Remuneração financeira proveniente da atualização dos ativos de contrato, que teve variação superior ao ano anterior devido ao aumento dos ativos de contrato.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

17.1 Margens das obrigações de performance

Implementação e melhoria de infraestrutura

	2022	2021
Receita (líquida de PIS e COFINS diferidos)	13.843	70.502
Ganho/perda de margem pela realização (líquida de PIS e COFINS diferidos)	(41.279)	(77.126)
	(27.436)	(6.624)
Custo	(1.185)	(46.846)
Margem (R\$)	(28.621)	(53.470)
Margem percebida (%) (*)	-104,32%	-807,22%
Margem orçada no início do contrato (%)	40,62%	40,62%

Operação e manutenção

Receita líquida	10.595	2.649
Custo	(6.638)	(1.574)
Margem (R\$)	3.957	1.075
Margem percebida (%)	37,35%	40,58%
Margem orçada no início do contrato (%)	40,62%	40,62%

(*) A margem percebida considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de construção apurado para o empreendimento, sendo os ganhos e perdas (eficiências ou ineficiências na construção) identificados ao longo da fase de construção.

18 Custos dos serviços prestados e despesas operacionais

	2022				
	Custo de construção	Custo de O&M	Outros custos	Total	Despesas administrativas
Pessoal	-	(1.440)	(8)	(1.448)	(437)
Material	(245)	(197)	-	(442)	-
Serviços de terceiros	(857)	(4.493)	(298)	(5.648)	(973)
Arrendamento e aluguéis	-	(112)	(1)	(113)	(3)
Amortização do ativo intangível	-	-	(20)	(20)	-
Variação das margens dos ativos de contrato, líquido de PIS e COFINS (a)	-	-	(41.279)	(41.279)	-
Outros	(83)	-	(69)	(152)	(9)
Total	(1.185)	(6.242)	(41.675)	(49.102)	(1.422)

	2021				
	Custo de construção	Custo de O&M	Outros custos	Total	Despesas administrativas
Pessoal	(408)	-	-	(408)	(1.888)
Material	(16.399)	(273)	-	(16.672)	-
Serviços de terceiros	(25.510)	(1.101)	(175)	(26.786)	(1.217)
Arrendamento e aluguéis	-	(89)	(4)	(93)	(59)
Amortização do ativo intangível	-	-	(24)	(24)	-
Variação das margens dos ativos de contrato, líquido de PIS e COFINS	-	-	(77.126)	(77.126)	-
Outros	(3.810)	(111)	(516)	(4.437)	(184)
Total	(46.127)	(1.574)	(77.845)	(125.546)	(3.348)

(a) A variação é reflexo da elevação dos custos de operação realizados no período e impactos de efeitos inflacionários, na atualização financeira do ativo de contrato bem como no recebimento da RAP.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

19 Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	7.845	1.573
PIS/COFINS sobre receita financeira	(365)	(73)
Outras receitas financeiras	4	4
Total de receitas financeiras	7.484	1.504
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (a)	(35.251)	(41.241)
Variação monetária da dívida (a)	(8.527)	(14.817)
Juros, multas s/ operação de energia	(18)	(11)
Outras despesas financeiras	(1.345)	(248)
Total de despesas financeiras	(45.141)	(56.317)
Resultado financeiro	(37.657)	(54.813)

(a) A redução nos encargos da dívida e variação monetária, deu-se em função queda do IPCA, único indexador, que acumulado até dezembro de 2021, estava em 10,06% e fechou 5,79% acumulado até dezembro 2022.

20 Instrumentos financeiros

20.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, debênture e empréstimos e financiamentos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (covenants), sendo eles dívida líquida sobre EBITDA.

20.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

20.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2022		2021	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	176	176	19.808	19.808
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	51.636	51.636	52.531	52.531
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	14.159	14.159	12.071	12.071
Total			<u>65.971</u>	<u>65.971</u>	<u>84.410</u>	<u>84.410</u>

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2022		2021	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	-	Custo amortizado	10.145	10.145	12.512	12.512
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	265.999	268.318	349.568	350.726
Debêntures	-	Custo amortizado	161.458	126.612	152.813	134.456
Total			<u>437.602</u>	<u>405.075</u>	<u>514.893</u>	<u>497.694</u>

- **Caixa e equivalente de caixa** - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais;
- **Aplicações financeiras** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos onde os vencimentos limitam-se doze meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI;
- **Contas a receber** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais sujeitos a provisão para perdas e ajustes a valor presente, quando aplicável;
- **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como custo amortizado;
- **Empréstimos, financiamentos** - têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo, são classificadas como passivo ao custo amortizado. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela B3 e ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais); e

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

- **Debêntures** - são classificadas como custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e B3 S.A.

20.4 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia a que pertence são estabelecidos para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora indireta Equatorial Energia, supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria da Controladora indireta Equatorial Energia é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da Controladora indireta Equatorial Energia.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2021.

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$176 (R\$19.808 em 31 de dezembro de 2021). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating* *Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

(ii) Contas a receber

O Contas a receber da Companhia decorre de operações com empresas que utilizam sua infraestrutura por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e (iii) os encargos regulatórios.

Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação do serviço público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes.

Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão (RAP) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda.

De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo ONS para evitar risco de inadimplência.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 10 e 11 (empréstimos e financiamentos e debêntures, respectivamente).

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

(i) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	2022						
	Valor contábil*	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	265.999	422.215	-	34.968	30.777	95.477	260.993
Títulos de dívida emitidos com garantia	161.458	379.607	-	21.288	21.579	66.199	270.541
Fornecedores	10.145	10.145	10.145	-	-	-	-
Total	437.602	811.967	10.145	56.256	52.356	161.676	531.534

*Os valores apresentados nesta coluna estão líquidos dos custos de captação.

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 10 e 11, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia.

c) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2022 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

			Impacto no resultado				
		Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Operação	Risco						
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	51.797	58.748	60.486	62.224	57.010	55.273
Impacto no resultado				1.738	3.476	(1.738)	(3.476)
Passivos financeiros							
Empréstimos e debêntures	IPCA	(430.812)	(458.169)	(465.008)	(471.847)	(451.329)	(444.490)
Total de passivos financeiros							
Impacto no resultado				(6.839)	(13.678)	6.839	13.678
Efeito líquido no resultado				(5.101)	(10.203)	5.101	10.203
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa projetada 31/12/2022	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		13,42%	12,39%	16,78%	20,13%	10,07%	6,71%
IPCA (%12 meses)		6.35%	5.79%	7.94%	9.53%	4.76%	3.18%

Fonte: B3 e Santander

d) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados na nota explicativa nº 11 - Debêntures.

e) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica.

Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração.

f) Riscos regulatórios e operacionais

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável (PV), prevista na REN nº 729/2016, dependendo do tipo de desligamento, do tipo de equipamento e duração da indisponibilidade dos serviços.

Risco regulatório: caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da Companhia.

g) Riscos ambientais

A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos;
- Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, a Companhia realiza a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações e Linhas de Transmissão. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

No SGA, a Companhia tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

h) Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

21 Demonstração dos fluxos de caixa

21.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de financiamento	
Dividendos adicionais de 2021 distribuídos	4.706
Dividendos mínimos obrigatórios	555
Dividendos da reserva de lucros a realizar	5.208
Total	10.469

21.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2021	Fluxos de caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	2022
Empréstimos e financiamentos	349.568	(76.612)	(34.503)	27.546	265.999
Debentures	152.813	-	(7.587)	16.232	161.458
Dividendos a pagar	4	(4.710)	-	10.469	5.763
Total	502.385	(81.322)	(42.090)	54.247	433.220

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais;

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas e dividendos a pagar ainda não pagos no fim do exercício.

Notas Explicativas

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

22 Eventos subsequentes

- **Distribuição de dividendos adicionais**

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 24.364, decorrentes do resultado do exercício.

- **Decisão do STF sobre ‘coisa julgada’ em matéria tributária**

Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do STF concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgado caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral.

A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e continuará monitorando a evolução do assunto.

Notas Explicativas

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

José Silva Sobral Neto

Carlos Augusto Leone Piani

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor Financeiro / Relação com os Investidores

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Ailton Costa Ferreira
Diretor

Waldênio Pereira de Oliveira
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente
Contador

CRC PE 012996-O-3 S-DF

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração e Diretoria da
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.
Brasília - Distrito Federal

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Transmissora 7 SPE S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração de ativos contratuais de transmissão

Conforme divulgado na nota explicativa 3.2, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de ativos contratuais é de R\$ 1.090.037 mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração de ativos contratuais das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) avaliação das variações

entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; (v) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas dos empreendimentos; (vi) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vii) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (viii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (ix) análise da eventual existência de contrato oneroso; (x) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xi) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo da concessão da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou

representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 29 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC-PE020728/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da Equatorial Transmissora 7 SPE S.A, nos termos do inciso V do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Contábeis, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao inciso V e VI, do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Companhia Srs. Joseph Zwecker Junior, Diretor Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Diretor Financeiro / Relação com os Investidores; Cristiano Lima Logrado, Diretor; Ailton Costa Ferreira, Diretor; Waldênio Pereira de Oliveira, Diretor, declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no relatório emitido em 29 de março de 2023 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.